

2010

Relatório de Atividades

4ª Câmara de Coordenação e Revisão do
Ministério Público Federal

Apresentação

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do Ministério Público Federal, de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro.

Foi instituída pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com base nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar 75/93, que definem a organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Destacam-se as seguintes áreas de atuação da 4ª CCR:

Meio Ambiente

- Biossegurança e organismos transgênicos
- Espaços Territoriais Especialmente Protegidos:
 - ✓ Área de reservação permanente
 - ✓ Reserva legal
 - ✓ Terras indígenas e territórios tradicionais
 - ✓ Unidades de conservação
- Fauna
- Flora
- Gestão ambiental
- Licenciamento ambiental
 - ✓ Assentamentos do INCRA
 - ✓ Empreendimentos turísticos

- ✓ Energia
- ✓ Infraestrutura
- ✓ Plantas industriais

- Mineração
- Ordenamento territorial
- Patrimônio genético
- Poluição
- Produtos controlados
- Recursos hídricos
- Saneamento
 - ✓ Água
 - ✓ Efluentes
 - ✓ Resíduos sólidos

Patrimônio Cultural

- Espaços destinados a manifestações artístico-culturais
- Gestão e fomento
- Patrimônio arqueológico
 - ✓ Bens
 - ✓ Sítios
- Patrimônio arquitetônico
 - ✓ Bens imóveis e monumentos
 - ✓ Conjuntos urbanos e sítios históricos
- Patrimônio imaterial
 - ✓ Formas de expressão
 - ✓ Modos de criar, fazer e viver
- Patrimônio móvel
 - ✓ Bens arquivísticos
 - ✓ Bens artísticos, históricos e científicos
 - ✓ Bens audiovisuais
 - ✓ Bens bibliográficos
- Patrimônio natural
 - ✓ Paleontológico

- ✓ Sítios ecológicos e científicos
- ✓ Sítios espeleológicos
- ✓ Sítios paisagísticos
- ✓ Sítios paleontológico
- Patrimônio simbólico
 - ✓ Datas comemorativas
 - ✓ Nomes
 - ✓ Símbolos nacionais

A 4ª CCR é composta por três membros do Ministério Público Federal, um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo Conselho Superior, juntamente com os membros suplentes, para um mandato de dois anos, entre integrantes do último grau de carreira, sempre que possível.

Um dos integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão é designado pelo Procurador-Geral da República para a função executiva de Coordenador.

Para assessorar os Membros do MPF, a 4ª CCR dispõe de uma equipe constituída de analistas periciais, processuais, técnicos administrativos e assessores, com formação multidisciplinar nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Biblioteconomia, Biologia, Direito, Engenharia Agrônômica, Engenharia Civil, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária, Engenharia Química, Geografia e Geologia.

Tal equipe atua em tarefas especializadas na realização de análises e exames necessários às atividades institucionais. Lotados em sua maioria na PGR, sendo os demais nas Procuradorias da República nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e

São Paulo, conforme detalhado no item 1.3.3 (Equipe – Gerência Técnica).

Este relatório, apresentado conforme disposto na Resolução CSMPF nº 20, de 06 de fevereiro de 1996, art. 7º, III, sintetiza as principais atividades desenvolvidas por esta Câmara de Coordenação e Revisão.

Neste ano, o Relatório de Atividades é apresentado em novo formato, que permitirá uma melhor visualização e divulgação das atividades desenvolvidas pela Câmara na sua atribuição de Coordenação e Revisão, bem como pelas suas Gerências.

Sumário

1 Composição:.....	7
1.1 Colegiado da 4ª CCR:.....	7
1.2 Representantes.....	8
1.2.1 Procuradorias da República nos Estados.....	8
1.2.2 Procuradorias da República nas Regiões.....	8
1.2.3 Comissões e Conselhos.....	9
1.3 Equipe.....	9
1.3.1 Gerência Administrativa.....	9
1.3.2 Gerência Jurídica.....	10
1.3.3 Gerência Técnica.....	10
2 Atividades no Exercício da Função de Revisão.....	13
2.1 Documentos Recebidos.....	13
2.2 Documentos Deliberados.....	13
2.2.1 Promoções de Arquivamento.....	15
2.2.2 Declínios de atribuição	16
2.2.3 Conflito de Atribuição.....	16
2.2.4 Outros.....	17
3 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Técnica.....	18
4 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Jurídica.....	21
5 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Administrativa.....	23
6 Atividades no Exercício da Função de Coordenação.....	26
6.1 Eventos Promovidos.....	26
6.2 Audiências Públicas.....	28
6.3 Grupos de Trabalho.....	29
6.4 Recomendações.....	30
6.5 Portarias.....	31
6.6 Outras Atividades.....	32

1 Composição:

1.1 Colegiado da 4ª CCR:

- Até 4 de maio de 2010 (Portaria PGR nº 270, de 30/05/08)

- Membros Titulares

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora

Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Lindôra Maria Araújo

Subprocuradora-Geral da República

- Membros Suplentes

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Procuradora Regional da República – 1ª Região

- A partir de 5 de maio de 2010 (Portaria PGR nº 200, de 05/05/10)

- Membros Titulares

Mario José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Coordenador

Ivaldo Olímpio de Lima

Subprocurador-Geral da República

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

- Membros Suplentes

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto

Procurador Regional da República – 1ª Região

Paulo Vasconcelos Jacobina

Procurador Regional da República – 1ª Região

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

1.2 Representantes

1.2.1 Procuradorias da República nos Estados

Acre

Dr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Alagoas

Dr. Bruno Baiocchi Vieira

Amapá

Dr. Antônio Carlos Marques Cardoso

Amazonas

Dra. Carolina Martins Miranda de Oliveira

Bahia

Dra. Caroline Rocha Queiroz

Ceará

Dr. Alessandro Wilckson Cabral Sales

Distrito Federal

Dra. Ana Paula Mantovani Siqueira

Espírito Santo

Dra. Elisandra de Oliveira Olímpio

Goiás

Dr. Adrian Pereira Ziembra

Maranhão

Dr. Alexandre Silva Soares

Mato Grosso

Dr. Mário Lúcio de Avelar

Mato Grosso do Sul

Dr. Wilson Rocha Assis

Minas Gerais

Dra. Mírian do Rozário Moreira Lima

Pará

Dr. José Augusto Torres Potiguar

Paraíba

Dr. José Guilherme Ferraz da Costa

Paraná

Dr. Luís Sérgio Langowski

Pernambuco

Dr. Anastácio Nóbrega Tahim Júnior

Piauí

Dr. Tranvanvan da Silva Feitosa

Rio de Janeiro

Dr. Maurício Ribeiro Manso

Rio Grande do Norte

Dr. Fábio Nesi Venzon

Rio Grande do Sul

Dra. Cristianna Dutra Brunelli Nácul

Rondônia

Dra. Nádia Simas Souza

Roraima

Dr. Rodrigo Timóteo da Costa Silva

Santa Catarina

Dr. Ricardo Kling Donini

São Paulo

Dra. Adriana Zawada Melo

Sergipe

Dr. Pablo Coutinho Barreto

Tocantins

Dr. Álvaro Lotufo Manzano

1.2.2 Procuradorias da República nas Regiões

1ª Região – Distrito Federal

Dr^a. Eliana Peres Torelly de Carvalho

2ª Região – Rio de Janeiro

Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

3ª Região – São Paulo

Dra. Darcy Santana Vitobello

4ª Região – Rio Grande do Sul

Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira

5ª Região – Recife

Dr. Francisco Chaves Dos Anjos Neto

1.2.3 Comissões e Conselhos

- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

Dra. Fátima Aparecida Borghi

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Coordenadora do GT 4ª CCR - Transgênicos

- Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Dra. Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República

- Representante do MPF no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

Dra. Ana Cristina Bandeira Lins - Titular

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Dr. Roberto Luís Oppermann Thomé - Suplente

Procurador Regional da República – 4ª Região

Dra. Eliana Perez Torelly de Carvalho - Suplente

Procuradora Regional da República – 1ª Região

1.3.1 Gerência Administrativa

Soraia Pereira Pessoa

Gerente Administrativo (até 13/07/2010)

Lucimeire Carneiro Tavares

Gerente Administrativo (entre 13/07 e 20/08/10)

Gustavo Ferreira Souza

Gerente Administrativo (a partir de 20/08/10)

Chrystianne Maria Cruz Quevedo

Técnico Administrativo

Cláudio Henrique Pereira dos Reis Cruz

Assessor (a partir de 9 de setembro)

Davi da Silva Vieira

Técnico Administrativo (até 28/04/10)

Eny Fernandes

Técnico Administrativo

Leilesdiane da Costa Rocha

Técnico Administrativo

Miguelina Pereira da Rocha

Chefe da Secretaria

Nilson Pereira Rocha Júnior

Técnico Administrativo

Patricia Camelo Granato

Técnico Administrativo (desde 29/11/10)

Amazonilde da Silva Almeida

Estagiária (desde 27/09/10)

Alex Caldas Barcelar de Oliveira

Estagiário em Engenharia da Computação (entre 15/03/10 e 23/07/10)

Igor Gallisa Lima Rocha

Estagiário em Administração (desde 25/10/10)

Tiago Moreno Lima

Estagiário em Jornalismo (desde 09/12/10)

Elzimar Maria de Moura

1.3 Equipe

Auxiliar Operacional

Paulo Luiz da Silva

Auxiliar Operacional

- **Núcleo de Apoio ao Colegiado**

Gustavo Ferreira Souza

Chefe do Núcleo (até 20/08/2010)

Lucimeire Carneiro Tavares

Chefe do Núcleo (a partir de 20/08/10)

Bárbara Aparecida Ferreira

Técnico Administrativo (até 8/04/10)

Jônata da Costa Avelar

Técnico Administrativo (até 28/06/10)

Leila Aparecida da Fonseca Bueno

Técnico Administrativo

1.3.2 Gerência Jurídica

Maria Rita Reis

Gerente Jurídica (até 04/10/10)

Lígia Dutra Silva

Gerente Jurídica (a partir de 04/10/10)

Alessandra Waquim Rodrigues Lopes

Analista Processual (até 11/05/10)

Ariel Alexandre Villa Real Ferreira Ramos

Analista Processual (a partir de 24 de agosto)

Cincinato Teixeira de Siqueira Neto

Analista Processual (a partir de 19/06/10)

Helen Pinheiro de Sousa Barcelos

Analista Processual

Joel Carlo de Oliveira Mazo

Analista Processual (até 02/07/10)

Lauro Antônio Cunha Barbosa

Analista Processual

Regina Sônia da Costa

Analista Processual

- **Nos Estados**

Daniela Massara R. de Oliveira

Analista Processual

1.3.3 Gerência Técnica

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Gerente Técnico (até 21/05/10)

Mirtes Magalhães Duarte

Gerente Técnico (a partir de 21/05/10)

Alessandro Filgueiras da Silva

Biólogo

Amy Vasconcelos de Souza

Engenheira Sanitarista

Ana Gabriela Castello Branco dos Santos

Arquiteta (até 22/08/10)

Aurélio Rodrigues de Loiola Júnior

Arquiteto

Carlos Alberto de Sousa Correia

Biólogo

Clauber Moraes Pachêco

Biólogo

Cristina de Queiroz Telles Maffra

Geóloga

Dalma Maria Caixeta

Engenheira Sanitarista

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Engenheira Florestal

Enéas da Silva Oliveira

Engenheiro Florestal

Iraildes Modesto da Conceição

Bióloga

Humberto Ferreira Lima

Geólogo

Isabel Cavalcante Waga

Bióloga

Joanildo Santiago de Souza

Engenheiro Florestal

Jorge Gomes do Cravo Barros

Geólogo (até 16/07/10)

José Dias Pereira

Biólogo

Juliana Sarkis Costa

Engenheira Agrônoma

Kênia Gonçalves Itacaramby

Antropóloga (Licenciada a partir de 12/04/10)

Luciana Adele Maria Bucci

Bibliotecária

Luciana Sampaio

Arquiteta

Ludimila Lamounier

Arquiteta

Marco Antonio Bichara

Engenheiro Civil

Murilo Lustosa Lopes

Engenheiro Sanitarista

Romina Faur Capparelli

Arquiteta (Licenciada)

Rubens Hisanari Matsushita

Biólogo

Ruth Rodrigues Tabaczinski

Engenheira Sanitarista

Sandra Nami Amenomori

Arqueóloga

Sheila Telles Meyer

Engenheira Sanitarista

Thiago Guimarães Mundim

Engenheiro Florestal

Valdir Carlos da Silva Filho

Geógrafo

Vinícius Melo Duarte

Engenheiro Químico (a partir de 16/12/10)

Wilson Guimarães da Silva Júnior

Engenheiro Químico (até 01/07/10)

Rafael Lemes Guimarães

Estagiário em Geografia (até 8/04/10)

- **Nos Estados**

Adriana Oliva

Engenheiro Florestal - PR/SP

Aloysio Ferraz de Abreu

Engenheiro Sanitarista - PR/PE

Benedito Evilázio Lima da Silva

Engenheiro Sanitarista - PR/PA

Bequi Barros Behar Luizelli

Engenheiro Sanitarista - PR/RS

Cláudia Márcia Freire Lage

Arquiteta - PR/MG

Daniela Mara Hoffmann

Engenheira Sanitarista - PR/SC

Dario Vailati

Geólogo - PRM/Criciúma

Deborah Stucchi

Antropóloga - PR/SP

Eli Aparecido Leite

Engenheiro Sanitarista - PR/SP

Evandro Cesar Bergel

Biólogo - PR/RS

Fábio de Miranda Oliveira

Biólogo - PR/BA

Fábio Murilo Meira Santos

Geólogo - PR/PE

Gizela Barbosa do Nascimento

Arquiteta - PR/MG

Igor Soares Pinheiro

Engenheiro Sanitarista - PR/MG

Ítalo Lopes Borges

Biólogo - PR/SC

Márcia Pereira Franco

Arquiteta – PR/RS

Paulo Henrique Xavier Ramos

Engenheiro Florestal (a partir de 06/12) – PR/PA

Raiana Quirino de Souza Ziech

Engenheiro Florestal – PR/MT

Rafael Gomes Gerude

Biólogo (a partir de 19/11) – PR/MA

Sandra Dias Costa

Bióloga - PR/SP

Sheila dos Santos Brasileiro

Antropóloga - PR/BA

Sidnei Luís da Cruz Zomer

Geólogo – PRM/Criciúma

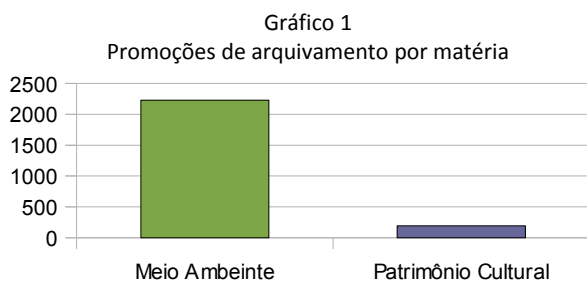
2 Atividades no Exercício da Função de Revisão

2.1 Documentos Recebidos

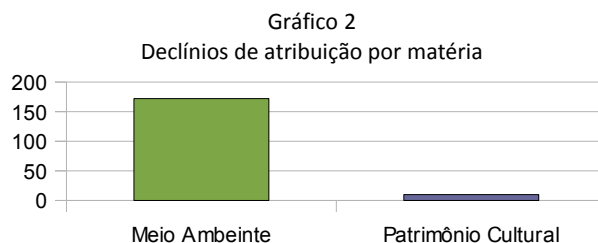
Em 2010, o Colegiado da 4ª CCR recebeu 2629 (dois mil, seiscentos e vinte e nove) Peças Informativas (PIs), Procedimentos Administrativos (PAs) e Inquéritos Cíveis (ICs) para revisão. Desses 92,05% (2420) referem-se a promoções de arquivamento, das quais 92,15% relacionadas a meio ambiente e 7,85% a patrimônio cultural.

Tabela 1
Documentos recebidos por tipo

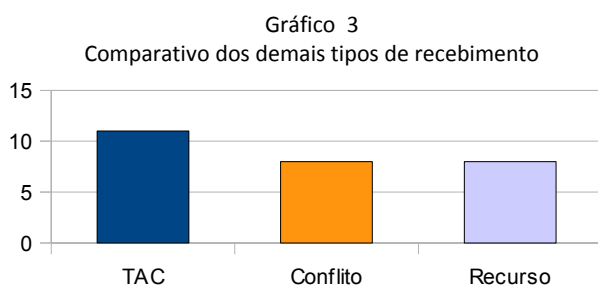
Tipos	Meio Ambiente	Patrimônio Cultural	Total
TAC	11	-	11
Conflito de Atribuição	8	-	8
Declínio de Atribuição	172	10	182
Promoção de Arq.	2230	190	2420
Recurso de Decisão	8	-	8
Total	2429	200	2629



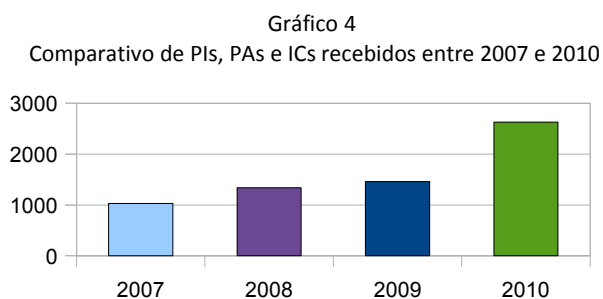
Com relação aos Declínios de Atribuição, 94,51% foram relacionados a meio ambiente e 5,49% relacionados a patrimônio cultural.



Os demais: TAC, Conflito de Atribuição e Recursos de Decisões do colegiado foram todos relacionados a meio ambiente.



No ano anterior (2009), a 4ª CCR recebeu 1459 (um mil, quatrocentos e cinquenta e nove) PIs, PAs e ICs para revisão, representando um aumento de 80,2% na entrada de documentos.



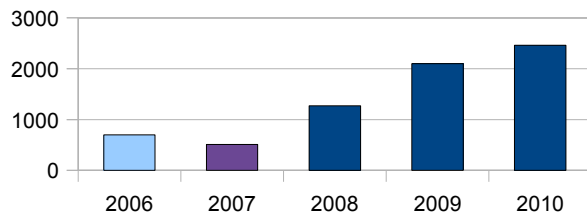
2.2 Documentos Deliberados

A partir de junho de 2010, a 4ª Câmara passou a realizar duas Reuniões Ordinárias por

semana, e realizou 4 reuniões de Coordenação.

Como resultado, o número de deliberações superou em mais de 17% o quantitativo de processos julgados em relação ao ano de 2009. Destaca-se, também, que em 5 anos as deliberações do Colegiado aumentaram mais de 254%.

Gráfico 5
Comparativo das deliberações entre 2006 e 2010



Em 44 Reuniões Ordinárias realizadas em 2010, o Colegiado da 4ª CCR deliberou em 2462 (dois mil, quatrocentos e sessenta e dois) PAs e ICs, o que representa uma média de cerca de 55 deliberações por Reunião. 92% das deliberações foram relacionadas a meio ambiente (2267) e 8% (195) relacionadas a patrimônio cultural.

Tabela 2
Deliberações por tipo de documento

Tipos	Meio	Patrimônio	Total
	Ambiente	Cultural	
TAC	13	1	14
Conflito de Atribuição	15	-	15
Declínio de Atribuição	502	25	527
Promoção de Arq.	1731	169	1900
Recurso de Decisão	6	-	6
Total	2267	195	2462

A Região Sudeste foi a que mais encaminhou os documentos deliberados, com 40,5 % (1002) do total, seguida pela Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente.

Gráfico 6
Comparativo das deliberações por região de origem

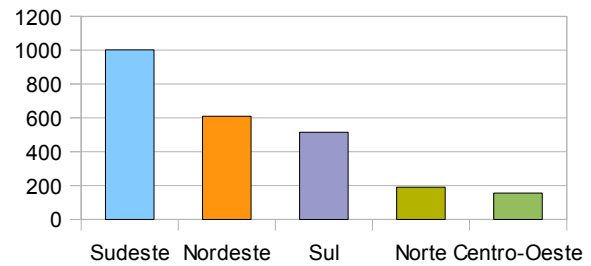
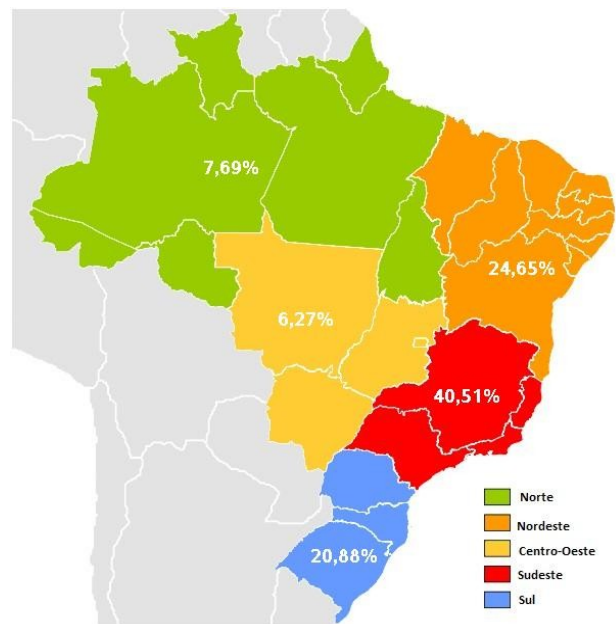


Figura 1
Mapa de deliberações por região de origem



Com a implantação da tabela taxonômica, foi possível uma melhor adequação dos temas, permitindo uma visão global da área de atuação da Câmara, sendo um importante instrumento de planejamento e estabelecimento de diretrizes de coordenação no âmbito da Instituição.

Nesse sentido, o tema mais recorrente foi Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, com 32% dos documentos analisados pelo Colegiado em

2010, seguido por Mineração, com 11% do total (Anexo II).

O tema Espaços Territoriais Especialmente Protegidos abrange quatro subtemas: Área de Preservação Permanente, Reserva Legal, Terras Indígenas e Territórios Regionais e Unidades de Conservação, temas de relevância para a atuação da Câmara, o que motivou a criação de 2 Grupos de Trabalho (GT) para definirem estratégias de atuação da Câmara nessas matérias. São eles: Área de Preservação Permanente e Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

Destacamos, também, que o número correspondente ao tema poluição é bastante próximo ao de Mineração, representando 10,24%, ou seja, menos de 1% de diferença. Esses três temas são bastante relevantes pela sua representatividade na realidade nacional.

Tabela 3
Deliberações em matéria de meio ambiente

Tema	Total
Patrimônio Genético	4
Biossegurança e Organismos Transgênicos	31
Gestão Ambiental	62
Produtos Controlados	62
Recursos Hídricos	67
Ordenamento territorial	76
Saneamento	92
Flora	168
Fauna	180
Licenciamento Ambiental	215
Poluição	252
Mineração	271
Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	787
Total	2267

Tabela 4
Deliberações em matéria de patrimônio cultural

Tema	Total
Espaços destinados a manifestações artístico-culturais	2
Gestão e Fomento	6
Patrimônio Imaterial	11
Patrimônio Móvel	11
Patrimônio Natural	13
Patrimônio Arqueológico	32
Patrimônio Arquitetônico	120
Total	195

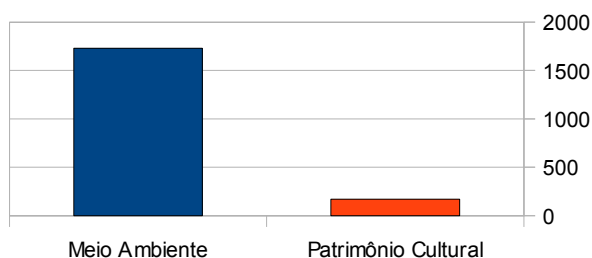
No que diz respeito ao Patrimônio Cultural os procedimentos sobre o tema Patrimônio Arquitetônico foram os mais analisados pelo Colegiado, representando 4,87% do total de documentos analisados, sendo a sua maioria no Estado do Rio de Janeiro (Anexo II). O relevante patrimônio disponível naquele Estado, ensejou a atuação do Ministério Público Federal na proteção e salvaguarda desses bens.

Ressalta-se, também, a criação, de dois subgrupos no âmbito do GT-Patrimônio Cultural: subgrupo Direitos Autorais, juntamente com a 3ª CCR, e Resgate de Bens Paleontológicos Identificados no Exterior.

2.2.1 Promoções de Arquivamento

Durante o exercício de 2010, a Câmara apreciou 1900 Promoções de Arquivamento. Dessas, 91% (1731) se referem a meio ambiente e 9% (169) a patrimônio Cultural (Gráfico 7).

Gráfico 7
Promoções de arquivamento por matéria



Das 1900 Promoções de Arquivamento apreciadas, 1679 (um mil seiscentos e setenta e nove) foram homologadas pelo Colegiado, o que representa 88,37%. Por outro lado, 8,11% não foram homologadas, tendo sido determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. As demais foram encaminhadas para outras Câmaras de Coordenação e Revisão, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, convertidas em diligências ou outros encaminhamentos, conforme mostra a tabela 5.

Tabela 5
Deliberações em promoções de arquivamento

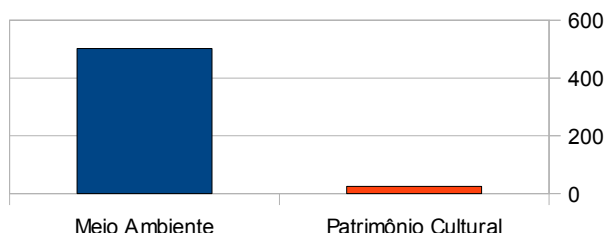
Deliberações	Total
Homologar o arquivamento	1679
Não homologar o arquivamento	154
Encaminhar para CCR ou PFDC	50
Converter em Diligência para a Gerência Técnica	14
Outros encaminhamentos	3
Total	1900

2.2.2 Declínios de atribuição

Em cumprimento ao Enunciado nº 01/2008 – 4ª CCR, durante o exercício de 2010, a Câmara apreciou 527 Declínios de Atribuição. Desses, 95% se referem a meio ambiente e 5% patrimônio

cultural, representando um crescimento relevante de 288,8% em relação a 2009. Esse tipo de documento representa a segunda maior demanda da Câmara no seu papel revisional.

Gráfico 8
Declínio de atribuição por matéria



Dos 527 Declínios de Atribuição apreciados, 427 foram homologadas pelo Colegiado, o que representa 81% do total.

Por entender tratar-se de competência federal para atuação, 15% (79) dos Declínios de Atribuição apreciadas não foram homologados, e foi determinado o retorno dos autos à origem para prosseguimento do feito. Os demais foram remetidos para outras Câmaras ou PFDC, ou tiveram outros encaminhamentos (Tabela 6).

Tabela 6:
Deliberações em Declínio de Atribuição

Deliberações	Total
Homologar o Declínio	427
Não homologar o Declínio	79
Encaminhar para CCR ou PFDC	20
Outros encaminhamentos	1
Total	527

2.2.3 Conflito de Atribuição

Foram submetidos ao Colegiado 15 conflitos de atribuição entre os membros do Ministério

Público Federal, todos relacionados a meio ambiente.

2.2.4 Outros

Recursos

A Câmara recebeu 6 recursos de suas decisões em 2010. Em todos os casos a Câmara deliberou pela manutenção de sua decisão, e pela remessa dos autos ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPf), para apreciação do recurso.

Termos de Ajustamento de Conduta

Em 2010, a Câmara recebeu 14 solicitações de homologação de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Desses 12 foram homologados pelo Colegiado.

Outras Deliberações

Na forma do disposto na Portaria PGR/MPU n.º 290, de 12/06/07, a Câmara deliberou indicar, em suas reuniões, 9 Analistas/Peritos para executarem regularmente perícias de campo e análises de documentos, fora do ambiente de trabalho

3 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Técnica

A Gerência Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio de seu quadro de analistas/peritos e assessores, presta assessoria aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, nas áreas de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

São as seguintes as atividades periciais desenvolvidas pelo corpo técnico:

- Realização de vistorias;
- Análise de estudos técnicos ambientais e de patrimônio cultural (ex: EIA/RIMA, PBA, PRAD, PCA, EIV/RIV) no âmbito de Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta;
- Análise de procedimentos administrativos com promoção de arquivamento convertida em diligência;
- Análise de propostas de resolução do Conama, projetos de leis e outras normas;
- Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos;
- Elaboração de quesitos para produção de provas em ACP;
- Participação em perícias judiciais como assistentes técnicos;
- Participação em audiências públicas e judiciais;
- Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades ambientais e culturais;

- Participação, como apoio técnico, nos Grupos de Trabalho da 4ª CCR;
- Participação como palestrante ou apoio técnico em eventos organizados pela 4ª CCR ou por ela apoiados;
- Elaboração de subsídios técnicos para pronunciamento dos Membros em eventos externos;

Além dessas, os analistas/peritos e assessores também desenvolvem outras atividades, tais como:

- Apoio à elaboração da página eletrônica e outras atividades internas da 4ª CCR;
- Consolidação dos Relatórios Mensais e do Relatório Anual de Atividades;
- Participação em atividades de capacitação/reciclagem (cursos, congressos e seminários etc.);
- Treinamento de novos analistas/peritos contratados;
- Orientação de estágios.

Em 2010, foram adotadas várias medidas visando ao aprimoramento dos trabalhos da Gerência Técnica. Buscou-se maior celeridade e eficiência, por meio de: (i) contato com procuradorias para esclarecimento de demandas, especialmente quanto ao preenchimento da Ficha de Solicitação de Trabalhos Técnicos Periciais; (ii) implantação, em caráter de teste, de cinco Núcleos Temáticos na estrutura da Gerência Técnica, a partir do mês de junho; (iii) implementação de força-tarefa para análise de promoções de arquivamento; (iv) edição da Portaria 4ª CCR nº 04 com a classificação das Informações Técnicas produzidas pelos Analistas

Periciais, em Laudo Técnico (LT), Parecer Técnico (PT), Nota Técnica (NT) e Relatório Técnico (RT); (v) elaboração do Manual de Padronização de Informações Técnicas; (vi) edição da Portaria 4ª CCR nº 03 que estabelece, entre outras, as atribuições do Gerente Técnico e dá orientações gerais sobre os trabalhos periciais.

No seu conjunto, as medidas adotadas permitiram atender a todas as demandas urgentes de 2010 e, ao mesmo tempo, dar resposta à maioria das demandas acumuladas de anos anteriores, que ultrapassavam 400 procedimentos no mês de janeiro.

Desse modo, foram elaboradas 401 Informações Técnicas (ITs) sendo 325 Pareceres Técnicos (PTs), dos quais 1 foi elaborado em conjunto com a Gerência Jurídica e 8 em conjunto com a PR/DF; 41 Laudos Técnicos (LTs), dos quais 1 em conjunto com a 5ª CCR; e 35 Relatórios Técnicos (RTs). Nenhuma informação na categoria Nota Técnica foi solicitada.

As Tabelas 8 e 9 apresentam o detalhamento dos Pareceres e Laudos Técnicos, que constituem os documentos que melhor indicam a atuação da área técnica da 4ª CCR, classificados por temas e em conformidade com o vocabulário controlado. O Gráfico 12 apresenta o total de Laudos e Pareceres Técnicos elaborados conforme a região de origem da demanda.

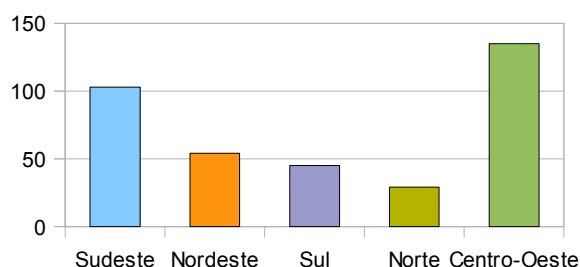
Tabela 7
Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) elaborados em matéria de meio ambiente

Tema	LT	PT	Total
Bios. e Org. Transgênicos	2	4	6
ETEP	12	61	73
Fauna	1	9	10
Flora	2	8	10
Gestão Ambiental	-	6	6
Licenciamento Ambiental	16	59	75
Mineração	-	27	27
Ordenamento Territorial	-	17	17
Poluição	1	40	41
Produtos Controlados	1	5	6
Recursos Hídricos	1	7	8
Saneamento	3	31	34
Total	39	274	313

Tabela 8
Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) elaborados em matéria de meio ambiente patrimônio cultural

Tema	LT	PT	Total
Patrimônio Arqueológico	2	20	22
Patrimônio Arquitetônico	-	24	24
Patrimônio Móvel	-	2	2
Patrimônio Natural	-	5	5
Total	2	51	53

Gráfico 12
Laudos Técnicos (LT) e Pareceres Técnicos (PT) por região



Na comparação com os dados do Relatório de Atividades de 2009, observa-se que houve um aumento na produção de Informações Técnicas, de 365 para 401 (cerca de 10%), mesmo com a redução no número efetivo de analistas/peritos e assessores, de 34 para 29 (cerca de 15%), e com o afastamento de dois analistas/peritos para capacitação, por 3 e 6

meses. Esses dados indicam que as medidas implementadas na Gerência Técnica foram positivas e eficazes.

Além das Informações Técnicas, o corpo pericial atendeu a 70 solicitações de vistoria em diversos Estados e Municípios.

Registrou-se, ainda, a presença de analistas/assessores em 27 eventos externos, como cursos, congressos e seminários, sendo que em dois deles a participação foi como palestrante.

No âmbito do Projeto de Laboratório de Geoprocessamento da 4ª CCR, foi concluída a segunda meta estabelecida em 2009, com o recebimento de 3 estações de trabalho móveis (notebooks de elevado desempenho), 12 estações de trabalho dimensionadas para atividades de geoprocessamento e processamento digital de imagens e 1 servidor (hardware) para o banco de dados do laboratório. Ainda na segunda etapa, algumas licenças para softwares/equipamentos foram renovadas.

Ações Previstas para o Próximo Exercício

- Capacitação de servidores, por intermédio da realização de cursos específicos, objetivando o aperfeiçoamento do corpo de Analistas/Peritos e melhor atendimento das demandas de análises recebidas.
- Renovação do serviço de suporte aos softwares adquiridos para utilização no laboratório de geoprocessamento.
- Oficialização, por portaria, da proposta de Núcleos Temáticos na estrutura da 4ª CCR.

- Finalização e divulgação, em conjunto com as Gerências Jurídica e Administrativa, da “Cartilha de Instauração e Instrução de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis em matéria ambiental” .
- Implantação do software Sistema de Requisição de Perícias, que dará agilidade ao andamento das análises periciais e transparência quanto aos prazos de atendimento.
- Adoção do sistema de assinatura eletrônica.

4 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Jurídica

A Gerência Jurídica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2010, prestou atendimentos aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

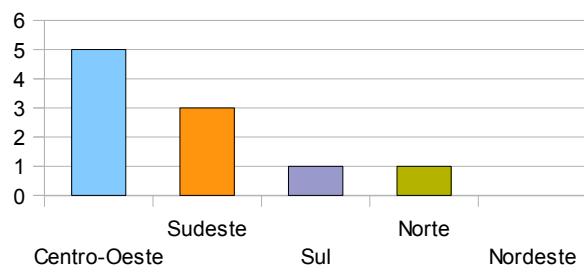
- Análise e elaboração de Informações Jurídicas (IJ) referentes a procedimentos administrativos, Ações Cíveis Públicas, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- Assessoramento ao Grupo de Trabalho Acompanhamento Legislativo;
- Elaboração de estudos jurídicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- Elaboração de minutas de convênios com outras instituições;
- Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- Participação em cursos e seminários;
- Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas;
- Respostas a consultas, elaboradas por Procuradores em procedimentos administrativos.

Pela Portaria 4ª CCR nº 04, de 09/02/10, definiu-se a classificação das Informações Técnicas

produzidas pelos Analistas Periciais e Assessores Técnicos, mediante a solicitação de membros, para instrução de Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis ou Ações Cíveis Públicas, em: Laudo Técnico (LT), Parecer Técnico (PT), Nota Técnica (NT), e Relatório Técnico (RT). Assim, as Informações Técnicas que eram elaboradas em conjunto com a Gerência Jurídica após a publicação da citada Portaria, foram desvinculadas, sendo então denominadas de Informações Jurídicas, conforme terminologia adotada pelo art. 62, III da Lei Complementar 75/93. Razão pela qual tais documentos constam especificados no presente Relatório alguns como IT (Informação Técnica) e outros como IJ (Informação Jurídica).

No exercício de 2010, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, e Órgãos Governamentais correlatos, foram elaboradas 4 (quatro) Informações Técnicas, sendo 1 (uma) elaborada juntamente com a Gerência Técnica, e 6 (seis) Informações Jurídicas. (Gráfico 13)

Gráfico 13
Antedimentos da Gerência Jurídica por região



Objetivando subsidiar a atuação dos Membros Titulares nas reuniões do colegiado foram elaborados 2.462 (dois mil, quatrocentos e sessenta e dois) pareceres em Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos e Termos de Ajustamento de Conduta.

Tabela 9:
Informações técnicas e jurídicas elaboradas em matéria de meio ambiente

Tema	Total
Biossegurança e Organismos Transgênicos	1
Espaços Territoriais Especialmente Protegidos	1
Fauna	1
Gestão Ambiental	1
Licenciamento Ambiental	1
Mineração	1
Poluição	2
Produtos Controlados	1
Total	9

Tabela 10
Informações técnicas e jurídicas elaboradas em matéria de patrimônio cultural

Tema	Total
Gestão e Fomento	1
Total	1

5 Atividades Desenvolvidas pela Gerência Administrativa

A Gerência Administrativa possui a seguinte estrutura administrativa:

I – Secretaria Administrativa

II – Núcleo de Apoio ao Colegiado

Dentre outras, destaca-se as seguintes atribuições da Gerência Administrativa:

- planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à administração;
- Coordenar as atividades administrativas relacionadas aos Encontros Nacionais e Temáticos e às reuniões de Grupos de Trabalho e outras realizadas pela Câmara;
- Zelar pela organização do arquivo de documentos da Câmara;
- Promover a comunicação externa da Câmara, divulgação de informações e atualização do site;
- Atender às demandas dos órgãos de administração da PGR quanto à adequação de rotinas, elaboração de proposta orçamentária, adoção de sistemas de registros, entre outros;
- Participar na elaboração do Relatório de Atividades da Câmara, bem como o relatório previsto na Resolução 87/2006;
- Auxiliar a Coordenação da Câmara na elaboração e execução do seu Planejamento Estratégico;

- Coordenar o desenvolvimento e o aprimoramento de sistemas afetos à 4ª CCR;
- Prestar atendimento e esclarecimento ao Público e demais unidades do MPF em matéria inerente à sua finalidade;

À Secretaria Administrativa incumbe executar as seguintes tarefas:

- Recebimento, registros, movimentação, controle, distribuição interna e remessa externa de documentos e expedientes;
- Elaboração de expedientes, ofícios, portarias e demais correspondências e atos necessários ao funcionamento da Câmara ou decorrente de suas atividades;
- Gerir o conteúdo do site da 4ª CCR;
- planejar e executar as atividades relacionadas ao apoio, deslocamento e hospedagem dos membros e servidores do Ministério Público Federal e dos colaboradores eventuais, sempre que estejam a serviço da 4ª CCR;
- submeter à Coordenação da Câmara as solicitações de diárias e passagens;
- instruir as solicitações de reembolso e ressarcimento;
- planejar e executar os procedimentos de aquisição de bens e serviços de interesse da Câmara;
- realizar atos de administração e gestão de bens e materiais.
- publicação de documentos (atas, portarias e outros) na imprensa oficial;

Ao Núcleo de Apoio ao Colegiado incumbe executar as seguintes tarefas:

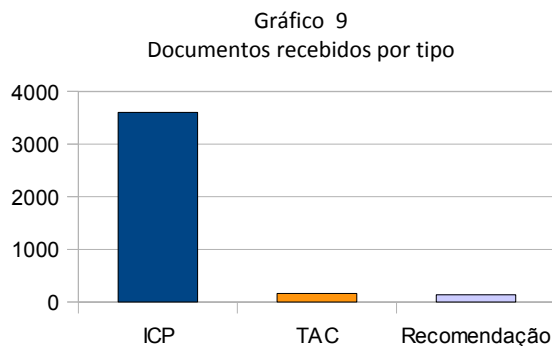
- Receber, registrar e distribuir, de forma automática, aleatória e eqüitativa aos membros do Colegiado, os procedimentos e inquéritos civis públicos submetidos à análise revisional da 4ª Câmara, observando as normas e critérios de prioridade de análise definidos pela Coordenação;
- Remeter as minutas de pareceres para os respectivos relatores;
- Expedir e providenciar a publicação das atas das reuniões do Colegiado, dando cumprimento às deliberações no âmbito de cada procedimento;
- Divulgar os votos proferidos em cada procedimento ou inquérito civil na base de dados da 4ª Câmara;
- Zelar pela guarda e organização dos procedimentos e inquéritos civis públicos submetidos à análise revisional da Câmara;
- Inclusão, na Base de Dados de Inteiro Teor do MPF, os votos relatados por Membros do Colegiado;
- Organização da agenda, elaboração de pautas e atas de reuniões ordinárias do colegiado;
- Secretariar as reuniões do Colegiado.

Cabe destacar que, a partir de 2011, o Núcleo de Apoio ao Colegiado passará a integrar a estrutura da Gerência Jurídica da 4ª CCR.

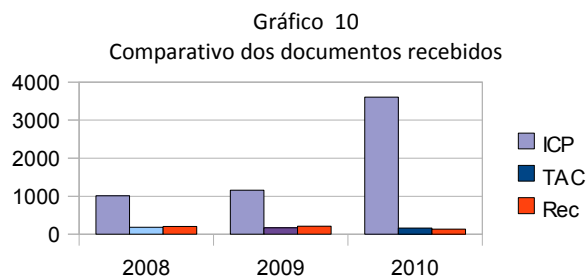
Registros Referentes à Resolução 87

Em cumprimento aos artigos 26 e 27 da Resolução CSMPF N.º 87/06, de 03 de agosto de 2006, a Gerência Administrativa produziu registros estatísticos referentes às medidas adotadas por membros do MPF (instauração de Inquéritos Civis, firmatura de Ajustamentos de Condutas e expedição de Recomendações legais), em matérias relativas ao meio ambiente e patrimônio cultural, informadas à 4ª CCR.

Em 2010, a Câmara foi comunicada da instauração de 3603 Inquéritos Civis, 163 Termos de Ajustamento de Conduta e 138 Recomendações, dos quais providenciou-se a devida publicação, conforme dispõe o Art. 7º, IV, da Resolução CSMPF nº 20, de 06 de fevereiro de 1996.



Os registros efetuados demonstram significativo incremento no volume de informações remetidas à Câmara no exercício de 2010, comparativamente ao exercício de 2009. Em 2009, verificou-se o ingresso médio mensal de 128 informações/mês; em 2010, a média foi elevada para 325 informações/mês, isto é, um aumento de cerca de 153,17% (Gráfico 10).



A maior parte dos registros procedem da Região Sudeste (50,35%), seguida pela Nordeste (23,15%), Sul (17,95%), Norte (5,78%) e Centro-Oeste (2,74%), conforme mostra o Gráfico 11.

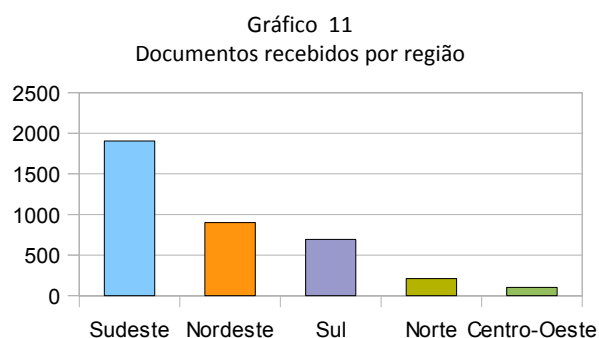


Tabela 11
Documentos recebidos por tipo e região

Região	ICP	TAC	Rec.	Total
Sul	672	14	15	701
Norte	184	28	14	226
Nordeste	873	9	22	904
Sudeste	1776	107	83	1966
Centro-Oeste	98	5	4	107
Total	3603	163	138	3904

Ações Propostas para o Próximo Exercício

Em 2011, A Gerência Administrativa da 4ª CCR propõe, dentre outros, desenvolver os seguintes projetos:

- Disponibilização de rotinas por meio da ferramenta Wiki: o Wiki caracteriza-se por ser uma ferramenta de internet voltada

para o desenvolvimento colaborativo de documentos. A Gerência Administrativa pretende utilizar a ferramenta Wiki na Gestão de sua comunicação, com o objetivo de sistematizar e divulgar sua rotina de atividades, de forma a padronizar sua atuação e compartilhar o conhecimento acerca dos seus processos.

- Modernização do site da 4ª CCR: utilização de novas ferramentas e a criação de um novo *layout*.
- Boletim informativo: produção e edição de boletim eletrônico informativo, com o objetivo de divulgar a atuação da Câmara.
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Análises Periciais.

Em ambas propostas, a Gerência Administrativa utilizará para seu desenvolvimento o conceito da Gerência de Projetos, tendo como referência o guia PMBook (2008).

6 Atividades no Exercício da Função de Coordenação

6.1 Eventos Promovidos

Curso de aperfeiçoamento Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: desafios para a atuação do Ministério Público Federal.

Foi promovido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio do GT - Patrimônio Cultural e a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), tendo sido realizado no período de 11 a 13 de maio de 2010, com o objetivo de analisar as principais políticas de proteção ao patrimônio cultural e definir estratégias de ação para o Ministério Público Federal.

O treinamento reuniu representantes de instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, como o Ministério da Cultura, a Biblioteca Nacional, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Arquivo Nacional, e o Instituto Brasileiro de Museus, entre outros.

Participaram do evento Procuradores da República representantes da Câmara nos Estados e nas Regiões brasileiras que atuam na área de patrimônio cultural, bem como analistas periciais lotados na 4ª CCR e nos Estados.

Colóquio sobre Implementação dos Tratados Internacionais em matéria ambiental

Foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de julho na PGR, promovido pela 4ª CCR, por meio do SubGT - Tratados Internacionais em Matéria Ambiental, o colóquio “Tratados Internacionais em Matéria Ambiental: boas práticas de implementação”.

O evento foi coordenado pelo Procurador da República em Blumenau Ricardo Kling Donini, coordenador do Grupo de Trabalho Tratados Internacionais em Matéria Ambiental, tendo como objetivo a troca de experiências entre países para o cumprimento aos tratados internacionais que fazem parte do programa do evento.

O evento, realizado no auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília, foi aberto a todos os membros do MPF com atuação nos órgãos ambientais e teve tradução simultânea para o inglês, além de ser transmitido ao vivo na intranet do MPF.

Estiveram presentes o diretor da ESMPU, Procurador-regional da República Dr. Nicolao Dino, representantes dos órgãos ambientais do Brasil, França e Noruega, que apresentaram exposições sobre a implementação de convenções internacionais. Foram debatidos, por exemplo, a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção e a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos.

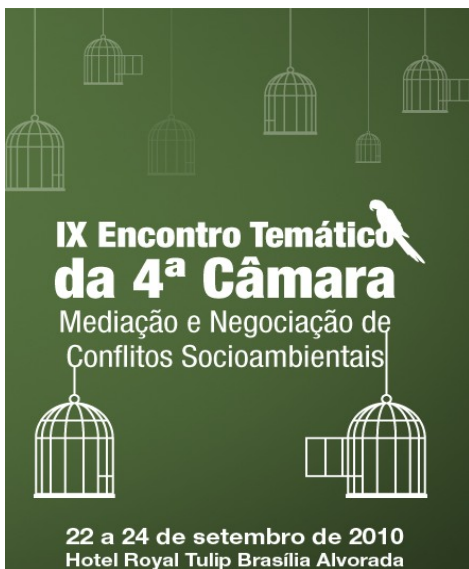
Ao final do evento foram elaboradas algumas conclusões para serem encaminhadas aos Secretariados de cada uma das convenções e para reflexão do Ministério Público Federal.

IX Encontro Temático: Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais

Realizado nos dias 22 a 24 de setembro de 2010, no Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, em Brasília, o IX Encontro Temático da 4ª CCR teve como objetivo geral discutir e refletir sobre temas afetos à Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais.

Participaram do encontro Procuradores da República representantes da Câmara nos Estados e nas Regiões brasileiras, bem como Coordenadores e Membros dos Grupos de Trabalho da 4ª CCR, além de especialistas convidados para discorrerem sobre os assuntos abordados.

Figura 2:
Arte do IX Encontro Temático



Naquela ocasião, foram aprovadas as seguintes moções encaminhadas ao Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF):

- **Implantação de Varas Ambientais**

a) Nos Estados vinculados ao TRF da 1ª Região onde for implantada Vara Ambiental, com competência territorial sobre todo o Estado, inclusive nas áreas afetas às Subseções Judiciárias, as unidades do MPF, ao disciplinar as atribuições dos órgãos de execução, podem preservar a possibilidade de atuação dos membros lotados em PRM's para conduzir inquéritos civis públicos e procedimentos administrativos cíveis sobre matéria ambiental e de minorias até o seu desfecho, com a formulação de termos de ajustamento de conduta, propositura de demandas judiciais perante o órgão judicial especializado ou a promoção de arquivamento;

b) Uma vez judicializada a matéria na Vara Ambiental na capital, caberá ao membro lotado unidade com atuação na Vara Ambiental a condução do feito judicial, ressalvando-se a possibilidade de atuação conjunta com o órgão da PRM.

- **Normas de distribuição de feitos**

Solicitam ao Conselho Superior do Ministério Público Federal que, na homologação das normas sobre distribuição de feitos, leve em conta critérios como:

a) dados sobre produtividade dos membros (com o objetivo de mensurar o efetivo volume de trabalho efetuado);

b) a devida valorização dos feitos extrajudiciais, nos quais o Ministério Público é responsável pela investigação, negociação, resolução de conflitos e fiscalização das obrigações assumidas, importando em ônus contínuo ao membro e seu gabinete, diferentemente dos feitos com trâmite na polícia e no judiciário;

- c) a necessidade de avaliação qualitativa da atuação ministerial, analisando-se os resultados conquistados;
- d) a distinção entre atuação padrão e individualizada, para fins de avaliação da produtividade;
- e) a necessidade de expansão do trabalho em áreas sensíveis, de acordo com indicadores e diagnósticos produzidos com o auxílio das Câmaras de Coordenação e Revisão;
- f) especialização de matérias, de modo a garantir a existência, em cada unidade, de áreas de ofício representadas nas temáticas das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Curso de Aperfeiçoamento “Utilização das Geotecnologias como Ferramentas de Controle Ambiental”

Foi realizado na Cidade de Belém pela 4ª CCR, no período de 8 a 11 de novembro de 2010 no Centro de Geotecnologia do Imazon, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União e com a Entidade Executora o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

O curso, com carga horária de 32 horas-aula, teve como objetivo apresentar aos Procuradores da República e servidores do MPF as bases de dados geográficas disponíveis para a Amazônia, assim como, demonstrar as melhores formas de extrair as informações disponibilizadas pelos sistemas de sensoriamento remoto, utilizando-as com eficiência em ações de

monitoramento e responsabilização dos infratores ambientais.

6.2 Audiências Públicas

Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai

Em continuidade às ações itinerantes do GT - Águas iniciadas na Bacia do Uruguai, a Câmara realizou, em 14 de abril de 2010, no auditório da sede da Procuradoria da República em Porto Alegre/RS, Audiência Pública com o objetivo de discutir a implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos na Bacia do Rio Uruguai,

A audiência objetivou, também, catalisar esforços, planos e atividades para a efetividade da implementação da Política de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Uruguai, com um sistema de gestão dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Além dos membros do MPF integrantes do GT - Águas e oficiais na Bacia do Rio Uruguai, foram convidados os representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas-ANA, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA, do Ministério Público do Estado na área de influência da bacia, da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, do Poder Público estadual e municipal, das Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, de Comitês das bacias hidrográficas, ONG's, associações e entidades afins com atuação na

área de recursos hídricos, profissionais das áreas de interface à questão hídrica, comunidade científica e sociedade civil, dentre outros órgãos e entidades.

UHE Foz do Chapecó

Foi realizada, em 31 de maio de 2010, no Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nês, Chapecó/ SC, audiência pública sobre os impactos socioambientais da usina hidrelétrica Foz do Chapecó.

Foram convidados representantes da empresa Foz do Chapecó Energia, do Movimento de Atingidos por Barragens, Ministério de Minas e Energia, autoridades dos Municípios impactados e do Consórcio Iberê, consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental que reúne os municípios da região impactada.

A audiência foi coordenada pelo Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi e contou com a participação dos Procuradores Renato Resende, Fernanda Alves de Oliveira e Andréia Agostini.

6.3 Grupos de Trabalho

Foram instituídos com o objetivo de discutir temas de interesse nacional, de modo a oferecer subsídios técnico-jurídicos e sugerir planos, metas e estratégias para aprimorar a atuação dos membros do MPF em todo o país, garantindo mais uniformidade e coerência à atuação do *parquet* federal no trato de questões semelhantes.

Em 2009, a Portaria 4ª CCR nº 003 uniformizou a atuação dos Grupos de Trabalho, estabelecendo que sua composição seria de 3 (três) membros titulares, dos quais um como coordenador, e 2 (dois) membros suplentes. A portaria estabeleceu, também, que os GTs seriam assessorados por um Analista Pericial vinculado à 4ª CCR.

Em 2010, foi instituído o GT - Área de Preservação Permanente, bem como os seguintes subgrupos no âmbito do GT - Patrimônio Cultural: Direitos Autorais; e Resgate de Bens Paleontológicos Identificados no Exterior.

Em 2010, 09 (nove) GTs e 03 SubGTs atuaram em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural. São eles:

- **Águas**

Coordenadora: *Sandra Akemi Shimada Kishi*

Procuradora Regional da República – 3ª Região

- **Amazônia Legal**

Coordenador: *Daniel César Azeredo Avelino*

Procurador da República no Estado do Pará

- **Área de Preservação Permanente**

Coordenadora: *Rodrigo da Costa Lines*

Procurador da República no Município de Volta Redonda

- **Licenciamento de Grandes Empreendimentos**

Coordenador: *João Akira Omoto*

Procurador da República no Município de Londrina/PR

- ✓ Subgrupo de Trabalho Energia Nuclear

Coordenador: *Fernando Amorim Lavieri*

Procurador da República no Município de Angra dos Reis/RJ

- **Patrimônio Cultural**

Coordenadora: *Ana Cristina Bandeira Lins*

Procuradora da República no Estado de São Paulo

- ✓ Subgrupo de Trabalho: Direitos Autorais

Coordenador: *Marcio Schusterschitz da Silva Araújo*

Procurador da República no Estado de São Paulo

- ✓ Subgrupo de Trabalho: Resgate de Bens

Paleontológicos Identificados no Exterior

Coordenador: *Marcello Paranhos de Oliveira Miller*

Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

- **Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos**

Coordenador: *Anderson Lodetti Cunha de Oliveira*

Procuradora da República no Município de Caçador/SC

- **Regularização Fundiária de Unidades de Conservação**

Coordenadora: *Ariane Guebel de Alencar*

Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro

- **Transgênicos e Agrotóxicos**

Coordenadora: *Fátima Aparecida de Souza Borghi*

Procuradora Regional da República – 3ª Região

- **Zona Costeira**

Coordenadora: *Analúcia de Andrade Hartmann*
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

6.4 Recomendações

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base no artigo 129, V, da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, III, “e”, e 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, expediu as seguintes Recomendações:

- **Recomendação nº 01, de 04/02/2010**

Recomenda à Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) que não sejam promovidas quaisquer alterações na Resolução Normativa nº 05 que atente contra as disposições constitucionais e normas infraconstitucionais, o princípio da precaução, o monitoramento pós-liberação comercial, a obrigatoriedade de manifestação quanto a questionamentos surgidos nas audiências públicas ou estabeleçam critérios menos rígidos de avaliação de riscos a saúde humana.

- **Recomendação nº 02, de 16/04/2010**

Recomenda ao Ministério da Agricultura que abstenha-se de proceder a qualquer reavaliação em relação a produtos aos quais a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) tenham indicado a necessidade de retirada do mercado, em função dos perigos ou riscos à saúde humana ou ao meio ambiente.

- **Recomendação nº 03, de 16/04/2010**

Recomenda ao Ministério da Agricultura que se abstenha de publicar a norma definitiva nos termos propostos na Instrução Normativa submetida à consulta pública, uma vez que não compete ao Ministério da Agricultura regulamentar temas e matérias afetos à saúde pública e ao meio ambiente, no que diz respeito ao controle de produtos agrotóxicos e afins.

- **Recomendação 04, de 30/11/2010**

Recomenda ao Presidente do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, caso haja compatibilidade entre as rubricas e eventuais sobras orçamentárias ainda no ano corrente, sejam estas utilizadas para a implementação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão; e na inexistência de sobras orçamentárias, seja inserida, em caráter prioritário, na previsão orçamentária de 2011, valores referentes à implementação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.

6.5 Portarias

Em 2010, a Coordenação da 4ª CCR expediu as seguintes portarias:

- **Nº 01**, de 10/02/2010 – Constitui o Grupo de Trabalho sobre áreas de preservação permanente e estabelece sua composição;
- **Nº 02**, de 10/02/10 - Constitui o Grupo de Trabalho sobre Regularização Fundiária de Unidades de Conservação e estabelece sua composição;

- **Nº 03**, de 09/02/10 – Estabelece que a Assessoria Técnica, vinculada administrativamente à Coordenação da Câmara, composta por Analistas Periciais e Assessores Técnicos de diferentes áreas de conhecimento, tem por atribuição a realização de perícias e a prestação de assessoramento aos Membros do Ministério Público Federal que atuam em matéria de meio ambiente e patrimônio cultural;
- **Nº 4**, de 09/02/10 - Define a classificação das informações técnicas produzidas pelos Analistas Periciais e Assessores Técnicos vinculados à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão;
- **Nº 5**, de 03/03/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Cultural;
- **Nº 6**, de 25/03/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Poluição por Resíduos Sólidos e Esgoto;
- **Nº 7**, de 29/03/10 - Instaurar procedimento administrativo para documentar e monitorar as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de área de preservação permanente da 4ª CCR/MPF;
- **Nº 8**, de 19/05/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Transgênicos e Agrotóxicos;
- **Nº 9**, de 08/06/10 - Cria o Subgrupo de Trabalho Direitos Autorais, no âmbito do Grupo de Trabalho “Patrimônio Cultural”, com o objetivo de elaborar diretrizes de atuação do Ministério Público Federal e

subsidiar as Câmaras na atividade de coordenação;

- **Nº 10**, de 29/06/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Patrimônio Cultural;
- **Nº 11**, de 17/08/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 3ª e 4ª CCR – Transgênicos;
- **Nº 12**, de 23/08/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Águas;
- **Nº 13**, de 23/08/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR - Licenciamento de Grandes Empreendimentos;
- **Nº 14**, de 09/09/10 - Alterar a composição do Subgrupo de Trabalho Direitos Autorais;
- **Nº 15**, de 28/09/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Regularização Fundiária em Unidades de Conservação;
- **Nº 16**, de 07/10/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Área de Preservação Permanente;
- **Nº 17**, de 09/11/10 - Altera a composição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Zona Costeira;
- **Nº 18**, de 14/12/10 - Cria, no âmbito do Grupo de Trabalho 4ª CCR - Patrimônio Cultural, o Subgrupo de Trabalho Resgate de Bens Paleontológicos Identificados no Exterior; e
- **Nº 19**, de 17/12/10 - Constitui o Grupo de Trabalho 4ª CCR - Pesca, com o objetivo de

propor um roteiro de atuação para o MPF na gestão da pesca.

6.6 Outras Atividades

Inquérito Civil e Procedimento Administrativo Eletrônico

Com o advento da Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006, chamada Lei de informatização do Judiciário, abriu-se a possibilidade de tramitação de processos judiciais por meio eletrônico.

Seguindo essa tendência, diversos Órgãos Federais têm implementado meios eletrônicos de tramitação, em substituição ao tradicional papel, com o objetivo de tornar mais ágil, eficaz e ambientalmente correta sua atuação.

Embora o MPF tenha tomado importantes medidas com vistas a recepcionar os processos eletrônicos advindos do judiciário, a exemplo da Portaria PGR nº 51/2010, evidencia-se a importância da criação de mecanismos que permitam a utilização de meios eletrônicos nos processos que envolvam sua atuação extrajudicial.

No exercício de sua atividade de revisão, a 4ª CCR observou que, em alguns casos, o custo ambiental envolvido na instauração, instrução e tramitação de Procedimentos Administrativos pode ultrapassar o dano ambiental que ensejou a atuação do *parquet* federal.

Nesse sentido, a Câmara deliberou encaminhar ao Conselho Superior do MPF (CSMPF) uma proposta de Resolução que disciplina a informatização do Inquérito Civil e do Procedimento

Administrativo, para apreciação por esse Conselho Superior do MPF.

Viagens realizadas no Interesse da 4ª CCR

Em 2010, a 4ª CCR, por meio de sistema próprio, autorizou 320 solicitações de viagem de servidores, membros do MPF e colaboradores eventuais.

Dessas solicitações de viagens, 125 foram feitas por Analistas/Peritos e Assessores, que realizaram perícia ou análise de documentos fora do ambiente sede de trabalho.

Anexo I: Quadro síntese das deliberações do Colegiado em 2010

REGIÃO	UF	PROCURADORIA	Meio Ambiente					Patrimônio Cultural					Total
			TAC	P.A.	Recurso	Declínio	Conflito	TAC	P.A.	Recurso	Declínio	Conflito	
Norte	AC	PR/AC	0	3	0	3	0	0	0	0	1	0	7
	AM	PR/AM	0	28	0	2	0	0	3	0	0	0	33
		PRM/TABATINGA	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	AP	PR/AP	0	19	0	0	0	0	4	0	0	0	23
	PA	PR/PA	0	20	0	7	0	0	1	0	1	0	29
		PRM/ALTAMIRA	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/MARABÁ	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/SANTARÉM	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5
	RO	PR/RO	0	21	0	10	0	0	3	0	1	0	35
		PRM/JI-PARANÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	RR	PR/RR	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2
	TO	PR/TO	0	41	0	5	0	0	0	0	0	0	46
	AL	PR/AL	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/ARAPIRACA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	BA	PR/BA	0	11	0	2	0	0	1	0	0	0	14
		PRM/BARREIRAS	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/CAMPO FORMOSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/EUNÁPOLIS	0	10	0	1	0	0	0	0	0	0	11
		PRM/FEIRA DE SANTANA	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/GUANAMBI	0	2	0	2	0	0	1	0	0	0	5
		PRM/JEQUIÉ	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
		PRM/PAULO AFONSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/ILHÉUS-ITABUNA	0	17	0	4	0	0	2	0	1	0	24
		PRM/VITÓRIA DA CONQUISTA	0	4	0	7	0	0	0	0	0	0	11
	CE	PR/CE	0	119	0	42	9	0	12	0	0	0	182
		PRM/JUAZEIRO DO NORTE	0	7	0	2	0	0	2	0	0	0	11
		PRM/LIMOEIRO DO NORTE	0	2	0	7	0	0	3	0	0	0	12
		PRM/SOBRAL	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	MA	PR/MA	0	9	0	10	0	0	2	0	1	0	22
		PRM/MA CAXIAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/IMPERATRIZ	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	PB	PR/PB	0	19	0	3	0	0	0	0	0	0	22
		PRM/CAMPINA GRANDE	0	3	0	2	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/SOUZA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	PE	PR/PE	1	21	1	9	0	0	8	0	3	0	43
		PRM/CARUARU	0	1	0	7	0	0	0	0	0	0	8
		PRM/GARANHUNS	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/PETROLINA-JUAZEIRO	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/SERRA TALHADA-SALGUEIRO	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3
	PI	PR/PI	0	16	0	20	0	0	2	0	0	0	38
		PRM/PICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	RN	PR/RN	0	68	1	16	0	0	0	0	0	0	85
		PRM/CAICÓ	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		PRM/MOSSORÓ	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
	SE	PR/SE	0	44	1	18	0	0	7	0	0	0	70
Centro-Oeste	DF	PR/DF	0	64	0	12	0	0	14	0	1	0	91
	GO	PR/GO	0	9	0	7	0	0	3	0	0	0	19
		PRM/ANÁPOLIS	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/RIO VERDE	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	MT	PR/MT	0	9	0	4	0	0	0	0	1	0	14
		PRM/CÁRCERES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/RONDONÓPOLIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/SINOP	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
	MS	PR/MS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/CORUMBÁ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/COXIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/DOURADOS-NAVIRAÍ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/PONTA PORÃ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/TRÊS LAGOAS	0	8	0	2	0	0	0	0	0	0	10

S u d e s t e	ES	PR/ES	0	21	0	3	0	0	3	0	0	0	27
		PRM/CACHOIRO DO ITAPFIRMIRIM	0	4	0	5	0	0	0	0	0	0	9
		PRM/COIATINA	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/SÃO MATEUS	0	2	0	0	0	0	1	0	1	0	4
	MG	PR/MG	3	60	0	7	0	0	7	0	1	0	78
		PRM/DIVINÓPOLIS	0	2	0	7	0	0	0	0	0	0	9
		PRM/GOVERNADOR VALADARES	0	6	0	4	0	0	1	0	0	0	11
		PRM/IPATINGA	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/JUIZ DE FORA	0	3	0	0	1	0	1	0	0	0	5
		PRM/MONTES CLAROS	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/PATOS DE MINAS	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/PASSOS-SÃO SEBASTIÃO DO PAR.	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/SÃO JOÃO DEL REI-LAVRAS	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	3
		PRM/POUSO ALEGRE	0	10	0	5	0	0	0	0	0	0	15
		PRM/SETÉ LAGOAS	0	1	0	3	0	0	1	0	0	0	5
		PRM/UBERABA	0	21	0	8	1	0	1	0	0	0	31
		PRM/UBERLÂNDIA	0	8	0	2	0	0	0	0	0	0	10
		PRM/VARGINHA	0	15	0	1	0	0	0	0	0	0	16
	RJ	PR/RJ	1	108	0	20	0	0	22	0	1	0	152
		PRM/UNIÃO DA VITÓRIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/ANGRA DOS REIS	0	66	0	6	0	0	3	0	0	0	75
		PRM/CAMPOS DOS GOYTACAZES	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
		PRM/ITAPERUNA	0	6	0	11	0	0	0	0	0	0	17
		PRM/MACAFÉ	0	14	0	2	0	0	0	0	0	0	16
		PRM/NITERÓI	0	26	0	4	0	0	1	0	0	0	31
		PRM/NOVA FRIBURGO	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/PETRÓPOLIS-TRÊS RIOS	0	31	0	0	0	0	2	0	0	0	33
		PRM/SÃO GONÇALO-MAGÉ-ITABORAÍ	0	17	0	4	0	0	0	0	0	0	21
		PRM/S. I. DE MERITI-DUQUE DE CAX	0	16	0	2	0	0	0	0	0	0	18
		PRM/VOLTA REDONDA-BARRA DO PIR.	0	19	0	15	0	0	0	0	0	0	34
		PRM/RESENDE	1	8	0	3	0	0	0	0	0	0	12
		PRM/SÃO PEDRO DA ALDEIA	0	23	0	3	0	0	6	0	0	0	32
		PRM/TERESÓPOLIS	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
	SP	PR/SP	0	25	0	10	0	0	7	0	1	0	43
		PRM/ANDARAÍNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/ARACATUBA	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/ARARAQUARA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/ASSIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/BRAGANÇA PAULISTA	0	1	0	1	0	0	3	0	0	0	5
		PRM/CAMPINAS	2	5	0	2	0	0	1	0	1	0	11
		PRM/FRANCA	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/GUARULHOS	0	4	0	1	0	0	1	0	0	0	6
		PRM/IALES	0	21	0	1	0	0	0	0	0	0	22
		PRM/IAÚ	0	4	0	1	0	0	1	0	0	0	6
		PRM/LINS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/MARÍLIA	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/MOGI DAS CRUZES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/OURINHOS	0	5	0	0	0	0	1	0	0	0	6
		PRM/BAURÚ-AVARÉ-ROTUCATU	0	6	0	2	0	0	0	0	0	0	8
		PRM/GUARATINGUETÁ-CRUZEIRO	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/PIRACICABA-AMERICANA	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	5
		PRM/S. B. DO CAMPO-S. ANDRÉ	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
		PRM/S. J. DOS CAMPOS-CARAGUATA.	0	20	1	3	0	0	0	0	1	0	25
		PRM/PRESIDENTE PRUDENTE	0	13	0	2	0	0	0	0	0	0	15
		PRM/RIBIRÃO PRETO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/SÃO JOÃO DA BOA VISTA	0	4	0	0	0	0	1	0	0	0	5
		PRM/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	0	16	0	1	0	0	5	0	0	0	22
		PRM/SANTOS	0	46	1	11	1	0	4	0	2	0	65
		PRM/SÃO CARLOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/SOROCABA	0	9	0	2	1	0	4	0	0	0	16
		PRM/TAUBATÉ	0	6	0	0	0	0	1	0	0	0	7
		PRM/TUPÃ	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	3

S u l	PR	PR/PR	0	15	0	8	0	0	2	0	0	0	25
		PRM/APLICARANA	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/CAMPO MOURÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/FOZ DO IGUAÇU	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/FRANCISCO BELTRÃO	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	8
		PRM/GUARAPIRANGA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/JACAREZINHO	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
		PRM/IONDRINA	0	3	0	3	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/MARINGÁ	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/PARANAGUÁ	0	8	0	7	0	0	1	0	0	0	16
		PRM/PARANAVAÍ	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/PATO BRANCO	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/CASCAVEL-TOLFO	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/PONTA GROSSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/UMUARAMA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	RS	PR/RS	0	50	0	20	0	0	2	0	3	0	75
		PRM/RAGÉ	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	3
		PRM/BENTO GONCALVES	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	16
		PRM/CACHOEIRA DO SUL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
		PRM/CANOAS	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5
		PRM/CAXIAS DO SUL	0	13	0	4	0	0	1	0	0	0	18
		PRM/CRUZ ALTA	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/EREFCHIM	0	7	0	1	0	0	0	0	0	0	8
		PRM/LAIFADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/NOVO HAMBURGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/PELOTAS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/PASSO FUNDO-CARAZINHO	0	11	0	3	0	0	0	0	0	0	14
		PRM/SANTA MARIA-SANTIAGO	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
		PRM/RIO GRANDE	0	13	0	3	1	0	2	0	0	0	19
		PRM/SANTANA DO LIVRAMENTO	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
		PRM/SANTA CRUZ DO SUL	0	6	0	1	0	0	0	0	0	0	7
		PRM/SANTA ROSA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/SANTO ÂNGELO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/IRIGUIAIANA	0	7	0	0	0	0	0	0	0	0	7
	SC	PR/SC	0	67	0	5	0	0	3	0	0	0	75
		PRM/RIUMFELI	5	21	0	9	0	1	2	0	1	0	39
		PRM/CACADOR	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
		PRM/CHAPECÓ	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/CONCÓRDIA	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/CRICIUMA	0	31	0	6	0	0	0	0	0	0	37
		PRM/IARAGUÁ DO SUL	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	4
		PRM/JOACABA	0	3	0	17	0	0	0	0	0	0	20
		PRM/JOINVILLE	0	17	0	5	0	0	1	0	0	0	23
		PRM/LAGES	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		PRM/MAFRA	0	4	0	0	0	0	1	0	0	0	5
		PRM/ITAIAÍ-BRUSQUE	0	26	0	7	0	0	0	0	0	0	33
		PRM/TUPARÃO-LAGUNA	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	4
		PRM/RIO DO SUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		PRM/SÃO MIGUEL D' OESTE	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	4
Total			13	1731	6	502	15	1	169	0	25	0	2462

Anexo II - Gráficos de deliberações do colegiado, por tema, em meio ambiente e patrimônio cultural

Gráfico 14
Deliberações do colegiado em meio ambiente

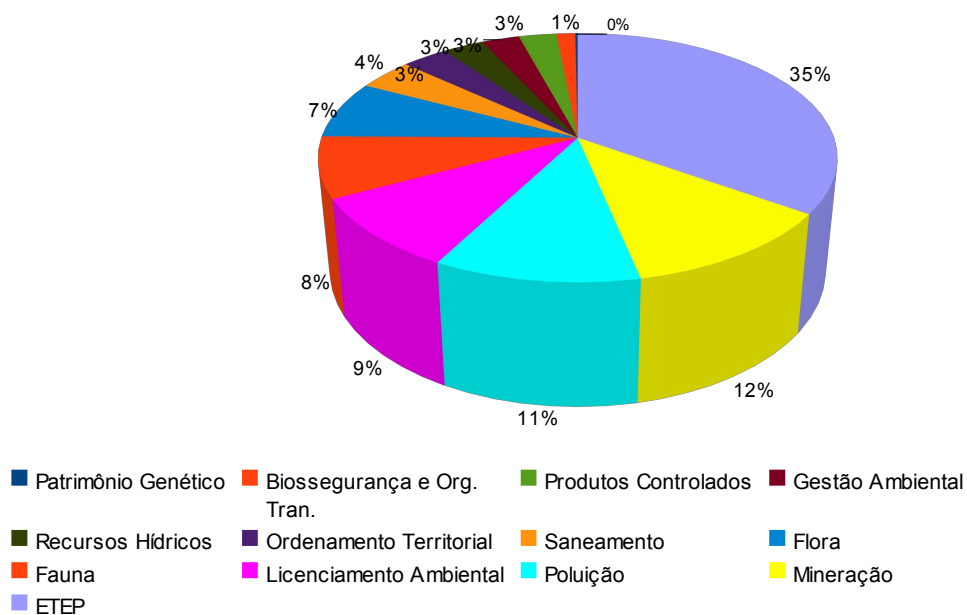


Gráfico 15
Deliberações do colegiado em patrimônio cultural

